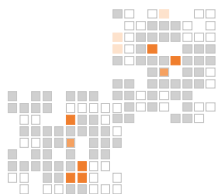


DISCURSO E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL

DISCOURSE AND IDENTITY CONSTRUCTION: PUBLIC MINISTRY OF LABOR
AND LABOR REFORM IN BRAZIL

*DISCURSO Y CONSTRUCCIÓN IDENTITARIA: MINISTERIO PÚBLICO DEL
TRABAJO Y LA REFORMA LABORAL EN BRASIL*

190



Carlos Roberto Gomes dos Santos

■ Mestre em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Servidor do Ministério Público do Trabalho.

■ E-mail: roberto35.santos@gmail.com

Victor Laus-Gomes

■ Docente e pesquisador da Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Seus trabalhos mais importantes são: Gomes (2016a; 2016b) e Gomes, Andreoni e Diehl (2018).

■ E-mail: victorlaus@gmail.com

RESUMO

Este trabalho discute a constituição comunicativa do Ministério Público do Trabalho (MPT) do Brasil. São enfatizados os processos estratégicos de identificação ou de construção de suas fronteiras identitárias, por meio da análise de uma campanha realizada pelo órgão no ano de 2017, no contexto da reforma trabalhista proposta pelo governo brasileiro e dos movimentos sociais contemporâneos. A opção metodológica foi a semiótica discursiva. Os resultados indicam que o MPT (re)constrói suas fronteiras identitárias, constituindo-se comunicativamente como instituição pública autônoma e independente.

PALAVRAS-CHAVE: DISCURSO; IDENTIDADE; COMUNICAÇÃO PÚBLICA; MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

ABSTRACT

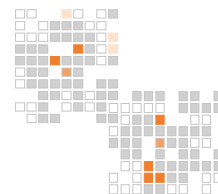
This paper discusses the communicative constitution of the Brazilian Public Labor Ministry (MPT). The strategic processes of identifying or constructing its identity frontiers are emphasized through the analysis of a campaign carried out by the agency in 2017, in the context of the labor reform proposed by the Brazilian government and contemporary social movements. Discursive semiotics was the methodological option. Results show that the MPT (re)constructs its identity borders, constituting itself communicatively as an autonomous and independent public institution.

KEYWORDS: DISCOURSE; IDENTITY; PUBLIC COMMUNICATION; SOCIAL MOBILIZATION.

RESUMEN

Este trabajo discute la constitución comunicativa del Ministerio Público del Trabajo (MPT) de Brasil. Se enfatizan los procesos estratégicos de identificación o de construcción de sus fronteras identitarias, a través del análisis de una campaña realizada por el órgano en el año 2017, en el contexto de la reforma laboral propuesta por el gobierno brasileño y de los movimientos sociales contemporáneos. La opción metodológica fue la semiótica discursiva. Los resultados indican que el MPT (re) construye sus fronteras identitarias, constituyéndose comunicativamente como institución pública autónoma e independiente.

PALABRAS CLAVE: DISCURSO; IDENTIDAD; COMUNICACIÓN PÚBLICA; MOVILIZACIÓN SOCIAL.



1. Introdução

Conforme Ruão (2017, p. 16), no campo da comunicação organizacional, a Constituição Comunicativa das Organizações (CCO) “tem vindo a afirmar-se como o paradigma de referência”. Esta perspectiva, enfatizando a dimensão ontológica da comunicação para as organizações, considera-as como realidades constituídas comunicativamente. Brummans *et al.* (2014) indicam três correntes teóricas que fundamentam a CCO: a Escola de Montreal de comunicação organizacional (Taylor; Robichaud, 2004), o modelo dos quatro fluxos de McPhee & Zaugg (2000), baseado na teoria da estruturação de Giddens (2009), e a teoria dos sistemas sociais de Luhmann (2005; 2011; 2016). No presente trabalho¹, partimos da teoria dos sistemas sociais de Luhmann (2005; 2011; 2016), com o objetivo de discutir a constituição comunicativa e identitária do Ministério Público do Trabalho (MPT), órgão independente e responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais na área trabalhista. Enfatizamos os processos estratégicos de identificação ou de construção de suas fronteiras identitárias (Gomes, 2016a), através da análise de uma campanha realizada pelo órgão no ano de 2017, no contexto da reforma trabalhista proposta pelo governo brasileiro e dos movimentos sociais contemporâneos, que têm influenciado as estruturas do poder político no Brasil e no mundo.

O MPT tem sua história pautada pelos movimentos e desenvolvimentos econômicos, políticos e sociais, iniciados entre o fim do século XIX – como, por exemplo, a Proclamação da República, que nasce absolutamente liberal e sem qualquer lei trabalhista – e o início do século XX – em que ocorrem, em 1917 e 1919, as primeiras grandes greves trabalhistas no Brasil,

¹ Uma versão deste texto foi apresentada no Grupo de Trabalho Estudos de Comunicação Organizacional do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

levando o Congresso a discutir e elaborar as primeiras medidas em defesa do trabalhador –, e só conquista seu status atual com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, quando deixa de ser um órgão ligado ao Poder Executivo e, conseqüentemente, advogado do Estado e torna-se, como um dos ramos do Ministério Público da União, independente, adquirindo o *status* de instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado (art. 127, *caput* da CF de 1988).

Nesse sentido, como subsistema jurídico, medeia e arbitra dissídios coletivos e fiscaliza o direito de greve nas atividades essenciais, combate o trabalho em condições análogas às de escravos, o assédio moral e todas as formas de discriminação no ambiente de trabalho. Desde que o interesse público justifique, o MPT pode manifestar-se, em qualquer fase do processo trabalhista, em questões que envolvam saúde e segurança do trabalho, inclusão de pessoas com necessidades especiais, fraudes trabalhistas, liberdade sindical, pois são matérias de sua competência, assim como a defesa dos menores, incapazes e índios, decorrentes de relações do trabalho.

Apesar da igualdade jurídica, o Brasil pode ser considerado um país marcado pela desigualdade social. Cabe ao Ministério Público ser o promotor da cidadania e da fiscalização de políticas públicas, ou seja, cabe-lhe ser agente de transformação social, pois possui previsões legais que lhe possibilitam ir além da judicialização das questões. Tais mecanismos permitem diálogos com a sociedade civil, o que o torna agente ativo, detentor de parcela do poder político, capaz de colaborar na transformação da sociedade e não apenas de atuar como fiscal da lei (Silva; Pedde, 2018). Dessa forma, como instituição defensora do regime democrático e da ordem jurídica, necessita estabelecer um diálogo que facilite e contribua para o exercício dos direitos fundamentais trabalhistas.

A seguir, para contextualizarmos a campanha analisada, discutimos a relação dos movimentos sociais contemporâneos com as mudanças políticas recentes.

2. O contexto da reforma trabalhista e dos movimentos sociais

Grandes protestos e manifestações começaram a ocorrer no ano de 2011, em diversas partes do mundo. Algo inesperado e que há muito não se via. Iniciaram no norte da África e aos poucos tomaram dimensões mundiais: Tunísia, Egito, Iêmen, Líbia, Portugal, Espanha, Grécia, EUA e Chile, entre outros. Em todos os lugares, produziu mudanças tanto destrutivas quanto construtivas, para o bem e para mal.

[...] 2011 foi o ano em que sonhamos perigosamente em duas direções: houve sonhos de emancipação, que mobilizaram manifestantes em Nova York, na praça Tahir, em Londres e Atenas, e houve sonhos destrutivos e obscuros, que serviram de impulso para [...] os populistas racistas de toda a Europa, da Holanda à Hungria (Zizek, 2012, p. 9).

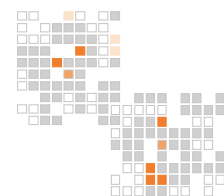
Para Ghon (2014), decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural, um movimento social pode ser definido como expressão de uma ação coletiva que forma redes de mobilizações, por meio de práticas comunicativas diversas – desde os meios mais rústicos às novas tecnologias de comunicação (TICs) –, constituídas por demandas que configuram sua identidade e as suas formas próprias de encaminhar suas reivindicações. Um movimento social, na concepção sistêmica, é identificado pelo próprio sistema social no qual se desenvolve e pode ser considerado como parte do **sistema imunológico** da sociedade. Isto é, ele pode impulsionar mudanças nas estruturas operativas dos sistemas (Sobottka, 2006).

Os movimentos sociais contemporâneos têm como característica ser organizados majoritariamente por meio das redes sociais digitais². Entre suas principais motivações estão sentimentos de vazio cultural, desesperança, combate à corrupção, desconfiança e descrédito da política, do sistema econômico e das instituições, de forma generalizada. Os movimentos se manifestam contra as estruturas político partidárias e sindicais, desconfiam da mídia, não reconhecem lideranças e rejeitam qualquer organização formal, sustentando-se primeiro na internet, mas também, na maioria dos casos, em assembleias locais para a tomada de decisões após o debate coletivo. No entanto, não indicam novas possibilidades representativas de seus anseios e de superação das contradições enraizadas nos fundamentos de nosso mundo (Zizek, 2012; Gohn, 2014).

O que caracteriza a sociedade contemporânea é a multiplicidade de possibilidades comunicativas, tornando o sistema social altamente complexo e caótico, o que o marca pela diferenciação funcional. Assim, são constituídos os sistemas funcionais (jurídico, econômico, político, entre outros), que podem ser compreendidos pela comunicação que realizam, orientados por seus códigos próprios, ou seja, estruturas comunicativas simbólicas próprias, generalizáveis. São recursos redutores da complexidade do ambiente (Luhmann, 2016).

Essas estruturas selecionam possibilidades e orientam expectativas sociais frente às possibilidades selecionadas. No entanto, não anulam diferenças entre sistemas, ao contrário, quaisquer temas podem vir a ser abordados de formas diferentes, ocasionando, eventualmente, impedi-

² Termo utilizado por Lévy (2010). O autor afirma que os movimentos sociais, para que possam exercer o contrapoder, constroem-se por meio de processos comunicacionais autônomos. É nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio, redes sociais digitais, que a sociedade em rede e a comunicação é construída, uma vez que os meios de comunicação de massa estão sob o controle de governos e empresas de mídia.



mentos inter-sistêmicos, expressos em conflitos entre os mecanismos redutores de complexidade próprios de cada sistema, o que não impede um aumento da interdependência mútua entre os vários sistemas sociais. “O conflito é, na verdade, uma construção dos sistemas sociais para apreender e reduzir a complexidade gerada pelas contradições da sociedade” (Bachur, 2008 *apud* Boanada, 2009, p. 29).

Nesse sentido, são sistemas que se constroem dentro de outros sistemas funcionais, colocando em risco sua sobrevivência. Contudo, quando absorvido, o conflito permite a evolução e integração social, podendo vir a ser, mais do que o consenso, propulsor de novas seleções e inclusão de novas alternativas. Segundo Luhmann (2016), dois mecanismos podem contê-los, sendo mecanismos de absorção do conflito na sociedade. O primeiro seria capturar os conflitos por meio de procedimentos específicos dentro de um sistema. O segundo, por movimentos sociais que se localizam na periferia dos sistemas sociais.

No ano de 2015, os movimentos sociais e protestos ganham força no Brasil, não só devido à crise econômica, mas também devido à crise política já existente, potencializada pelos escândalos de corrupção tornados públicos pela Operação Lava Jato, deflagrada pela polícia federal. Nesse contexto, instaura-se uma crise de governabilidade que intensifica a pressão da sociedade, que mais uma vez se organiza por meio das redes sociais e se posiciona, numa clara divisão do país, entre aqueles que apoiam e que rejeitam o impedimento da presidente Dilma Rousseff. No final de 2015, foi admitido o pedido de *impeachment*.

Da admissão do pedido até a destituição da presidente, dois movimentos sociais se destacaram, quais sejam, o Frente Brasil Popular, composto pelas principais centrais sindicais brasileiras, redes de coletivos que representam minorias sociais e mídias alternativas, que se posicionou contrário ao *impeachment*, contra o que denomi-

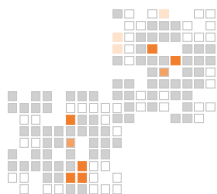
nava forças conservadoras. E o Movimento Vem Pra Rua, que se define como suprapartidário, fruto de manifestações espontâneas da sociedade civil. Em 31 de agosto de 2016, o Senado aprova o *impeachment* de Dilma Rousseff, e Michel Temer assume a presidência da República.

Em seu discurso de posse, Temer faz apelo à classe política e ao setor privado por apoio às reformas para retomar o crescimento do país (Leia íntegra..., 2016). O presidente se referia às reformas trabalhista, previdenciária e da terceirização do trabalho. O projeto de lei que regulamenta a terceirização no país foi sancionado em 31 de março de 2017 e a trabalhista, que altera 209 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e suprime 65 direitos existentes, em 13 de julho de 2017, após aprovação no Congresso Nacional.

3. A campanha do Ministério Público do Trabalho contra a Reforma Trabalhista

A campanha do MPT, realizada no *Facebook*, pode ser considerada uma estratégia de comunicação pública (Kunsch, 2013). Sendo esta compreendida como a interação, por meio de processos comunicativos, efetuada por órgãos governamentais, organizações não governamentais, associações comunitárias, entre outras, que visem à plena cidadania. Estando incluídos nessa interação a prestação de contas, a divulgação de atividades políticas, ações e projetos, motivações cívicas, educação e chamamento para a participação política de forma direta. Ou seja, o que caracteriza a comunicação pública não é o emissor, mas o seu propósito.

Iniciou-se em 9 de setembro de 2016 e, ao todo, foram realizadas 127 publicações até a data da promulgação da reforma, em 13 de julho de 2017, sendo a maioria em formato cartaz/charge – 56 publicações divididas em dois blocos; intercaladas por entrevistas e artigos publicados em TVs, revistas e jornais, que somaram 27 publicações, e 44 vídeos. Produziu 60.952 *likes* ou ma-



nifestações de afeto, 6.356 comentários e 75.782 compartilhamentos.

Selecionamos, entre as 30 publicações realizadas nos quatro meses anteriores à sanção do presidente da República à Reforma Trabalhista, duas que obtiveram o maior número de *likes* e compartilhamentos. Para aprofundar a compreensão da campanha, optamos pela técnica de análise semiótica do discurso de Fontanille (2008). Segundo esse autor, os estudos da semiótica, hoje, orientam-se de maneira contundente para uma teoria do discurso, voltando seu interesse para os conjuntos significantes, ou seja, especificamente, para a construção da significação discursiva.

Fontanille (2008) define o texto como destinado a exprimir a significação do discurso, e, nesse sentido, organiza-se por meio de elementos concretos. O texto se oferece à apreensão e é a forma pela qual o discurso se materializa. O discurso, por sua vez, materializado no texto, é processo de significação, enunciação particular e concreta.

Para Portela e Schwartzmann (2012), dois conceitos-chave fundamentam as reflexões de Fontanille: coesão e coerência. Esta seria de ordem discursiva e aquela de ordem textual, ambas reguladas e regidas pela congruência. A forma de negociação que existe entre tipos textuais e tipos discursivos resulta em determinado gênero.

Os tipos textuais, segundo Fontanille (2008), podem ser classificados por meio de dois critérios: longo/breve – relacionado à duração da história ou acontecimento narrado; aberto/fechado – relacionado à unidade de leitura e unidade de edição.

A “unidade de leitura” é a reunião de constantes do plano da expressão que, se coesas, dão sentido a um “todo organizado”. Já a “unidade de edição” seria justamente o recorte que se faz dessas constantes da expressão. Se a “unidade de edição” coincidir com a “unidade de leitura”, a leitura só será possível no interior de determinado “recorte”. No entanto,

se as unidades não coincidirem, a leitura não se limitará ao todo, permitindo assim que partes sejam lidas (tenham sentido) também isoladamente. Se as unidades de edição e de leitura não coincidirem, podemos ter um texto aberto, que resultaria, por exemplo, em uma série, como a sequência de capítulos de revistas de história em quadrinhos, em que cada parte tem um sentido legível em si, mas que pode ser completado quando lida em conjunto. Se as unidades forem coincidentes, o texto será fechado (Portela; Schwartzmann, 2012, p. 77).

Dessa combinação, depreendem-se quatro possibilidades de tipos textuais e suas respectivas propriedades: (1) longo e aberto (recursividade); (2) longo e fechado (desdobramento); breve e aberto (fragmentação); breve e fechado (concentração).

A primeira publicação escolhida (Figura 1) aconteceu no dia 27 de maio de 2017 e obteve 388 manifestações (*likes*) e 389 compartilhamentos:

Figura 1: Postagem do dia 27 de maio



Fonte: Postagem no Facebook, em 29 de maio de 2017, pela Procuradoria-Geral do Trabalho/MPT

No dia 29 de maio, foi realizada a postagem da Figura 2.

Figura 2: Postagem do dia 29 de maio



Fonte: Postagem no Facebook, em 29 de maio de 2017, pela Procuradoria-Geral do Trabalho/MPT

196

A publicação do dia 29 de maio obteve 1,2 mil curtidas e 1.494 compartilhamentos.

Entendemos que as publicações realizadas, com imagens estáticas e textos informativos, possuem características próximas, mas com algumas restrições, aos gêneros cartaz e charge, embora saibamos que, com as novas tecnologias da informação e da comunicação, charges podem ser usadas como cartazes e vice-versa (Bedê, 2017).

Os dois textos-enunciados são padronizados em suas organizações, possuindo elementos verbais, na parte superior, que informam a respeito da reforma, sempre com a frase: “O que não te contaram sobre a Reforma Trabalhista”, e visuais na base da publicação. “Para anali-

sar o tipo textual é necessário considerar que o modo como os elementos textuais são distribuídos e organizados em uma certa materialidade determinam o tipo textual e funciona como um ‘suporte’ para o discurso” (Bedê, 2017, p. 7). Nesse sentido, como é comum no gênero cartaz, tais publicações são breves.

Já em relação ao segundo critério estabelecido por Fontanille (2008), podemos observar que a unidade de leitura coincide com a unidade de edição, no entanto, embora a leitura não se limite ao todo e permita que as partes tenham sentido também isoladamente, esse sentido se completa no conjunto total das publicações, haja vista que em cada uma delas é indicada uma mudança na legislação que afetará o trabalhador. Assim, temos um texto que, nas publicações individuais, é breve, fechado e concentrado. Mas, no conjunto das publicações, na campanha, é aberto e, portanto, aberto e fragmentado, pois o trabalhador só terá a noção da amplitude das mudanças propostas ao final das publicações.

Para Fontanille (1999 *apud* Bedê, 2017), por meio de dois eixos se pode definir o tipo discursivo: o das modalidades de enunciação – aqui incluídos os atos de linguagem – e o das formas de avaliação dos discursos e axiologias, sendo a enunciação fator primordial não só para a articulação do discurso, mas também para sua compreensão.

Em relação às modalidades de enunciação, temos quatro tipos de discursos, conforme quadro 1.

Assim, as publicações analisadas – que fazem parte de uma série de publicações de mesmo estilo, realizadas entre 27 de maio e 4 de junho de 2017, cuja média de compartilhamentos e curtidas foi a mais exitosa – possuem, do ponto de vista pragmático, como ato de linguagem, discurso predominante de modalização do saber e poder. Informam e correspondem

Quadro 1: Critérios de modalização e tipos discursivos

	Crença	Motivações	Aptidões	Efetuações
Modalizações	Assumir e aderir	Querer e dever	Saber e poder	Ser e fazer
Tipos de discurso	Persuasivo	Incitativo	De habilitação	De realização

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bedê (2017)

aos discursos de habilitação, característica do discurso informativo (para o saber). O segundo critério diz respeito à adesão e extensão de alcance, conforme quadro 2.

Levamos em conta a intensidade da adesão dos sujeitos ou as reações destes, suscitadas pela exposição aos valores manifestados no discurso. Nesse sentido, entendemos que as publicações da campanha, analisadas individualmente, levam a uma adesão restrita e de forte intensidade, principalmente devido à extensão de seu campo de aplicação, que nas publicações individuais são de extensão reduzida, embora o contexto geral das publicações possibilite uma extensão maior, haja vista tratar de direitos trabalhistas inerentes à grande maioria da população. Temos, assim, nas publicações analisadas, valores exclusivos, que enfatizam sempre uma temática, uma figura ou atitudes específicas, aspectos esses comuns nos discursos militantes. Já na campanha, no conjunto de suas publicações, no *corpus* estudado, devido

às suas características de adesão e intensidade amplas, observamos valores participativos, que levam à máxima projeção dos valores presentes no discurso. É justamente a extensão de seu campo de aplicação que leva à adesão a esses valores (Portela; Schwartzmann, 2012).

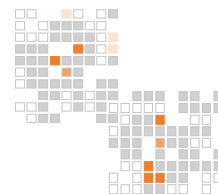
Segundo Portela e Schwartzmann (2012, p. 81) “O tipo discursivo projeta para fora de sua esfera genérica suas formas enunciativas, seus valores e, até mesmo de maneira mais ampla, uma concepção de mundo e a forma de um imaginário particulares”.

Ao pensar outras dimensões da significação para além daquelas do texto-enunciado, Fontanille (2008) concebeu uma hierarquia de níveis de identificação e de análise das semióticas-objeto. Essa hierarquia de níveis ou percurso gerativo da expressão compreende seis níveis de pertinência: os signos, os textos enunciados, os objetos, as cenas práticas, as estratégias e as formas de vida. Esse seria então o caminho que resulta no encadeamento que produz sentido.

Quadro 2: Tipos discursivos - Axiologias e formas de avaliação do discurso

	Intensidade de adesão	
Extensão e quantidade	Forte	Fraca
Restrita	Valores exclusivos	Valores discretos
Ampla	Valores participativos	Valores difusos

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bedê (2017)



Quadro 3: Percurso gerativo de expressão

Tipos de experiência	Instâncias formais	Instâncias materiais
Figuratividade	Signos	Propriedades sensíveis e materiais das figuras
Coesão e coerência interpretativas	Textos-enunciados	Propriedades sensíveis e materiais dos textos
Corporeidade	Objetos	Propriedades sensíveis e materiais dos objetos
Prática	Cenas práticas	Propriedades sensíveis e materiais das práticas
Conjuntura	Estratégias	Propriedades sensíveis e materiais das estratégias
Éthos e comportamento	Formas de vida	Propriedades sensíveis e materiais das formas de vida

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Fontanille (2008)

O percurso gerativo da expressão, conforme Fontanille (2008), está sintetizado no quadro 3.

Utilizaremos, no percurso gerativo de significação, as categorias: textos-enunciados (a mensagem da enunciação); objetos (suporte em que os textos-enunciados estão inscritos); cenas práticas ou predicativas (a dimensão na qual uma prática é convertida em situação semiótica), conforme o arranjo metodológico proposto por Fontanille (2008).

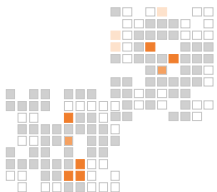
Em Pratiques sémiotiques, Fontanille (2008a) propõe um modo de estudar os gêneros que lhes confere uma definição mais abrangente do ponto de vista de sua produção e circulação em um dado universo socioletal. Nessa definição, o gênero não seria abordado somente no plano de imanência textual, mas em correlação com outros planos de imanência, em especial os planos de imanência dos objetos e das práticas, segundo o seguinte arranjo metodológico (...) (Portela; Schwartzmann, 2012, p. 84-85).

Nesse sentido, no que diz respeito aos tipos textuais, as publicações do MPT pertencem ao nível de concentração com espaço textual reduzi-

do, fornecendo o máximo de significação. Já em relação ao tipo discursivo (cena prática), as publicações individuais, como já dito, possuem extensão e adesão restritas, porque a compreensão dos sentidos do discurso se dá, em ambas as publicações, de acordo com o conhecimento que os trabalhadores têm, respectivamente, da jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, assim como das especificidades do trabalho autônomo. O discurso de cada publicação se dirige a categorias diferentes de trabalhadores.

Desse modo, essas publicações expressam valores exclusivos a essas categorias e se direcionam, na campanha (conjunto das publicações analisadas), para valores absolutos, comuns a todos os trabalhadores. Contribuem, nesse processo, as imagens presentes em todas as publicações, as quais sugerem exaustão física e exploração dos trabalhadores. Os tipos de discursos que empregam esses valores focalizam e valorizam sempre uma mesma temática e atitudes específicas como nos discursos militantes e, geralmente, sugerem resistência (Bedê, 2017; Portela; Schwartzmann, 2012).

No que diz respeito ao objeto, à corporeidade, o veículo selecionado foi a mídia social Facebook,



desenhada para ser uma plataforma viral de comunicação. Assim, não produz conteúdos, tudo o que contém é produzido pelos seus usuários. No entanto, como fenômeno social e tecnológico, parece ter efeitos sobre vários aspectos: política, governos, mercado, identidade de marca, vida social e privacidade. A página do MPT no Facebook possui 524.827 seguidores, o que possibilita ampla divulgação por meio dos compartilhamentos entre os usuários da plataforma. A forma, como já mencionado, se dá em disposição vertical, com texto no topo da página e imagem na base, como nos gêneros cartaz e charge.

Cabe-nos observar a importância da inter-relação entre os três níveis de pertinência e de se fazer distinção no nível do objeto suporte, o qual deve englobar tanto o suporte material, quanto a forma, a posição e a organização do texto escrito. Assim, podemos definir a comunicação realizada na campanha implementada pelo MPT, conforme o quadro 4.

As propriedades textuais genéricas constituem o elemento indicado por Fontanille (2008), que

possibilitam considerar o universo socioletal e o espaço de circulação dos enunciados e que, como terceiro eixo motriz entre a coesão textual e a coerência discursiva, produz multiplicidade do gênero, variabilidade e diversidade.

4. Considerações

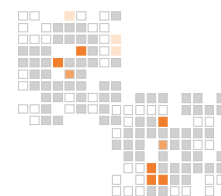
A despeito da discussão sobre os possíveis impactos e resultados da campanha, nosso interesse recai sobre o posicionamento do MPT e sobre sua constituição identitária. No contexto situacional do governo de Michel Temer, ao publicar, sob o ponto de vista de suas propriedades textuais genéricas, em seus textos enunciativos e objetos-suporte, respectivamente, concentração textual e contato visual imediato com poucas informações e marcação de autoria, posiciona-se na atualidade das sociedades em rede, em tempos de proliferação exponencial de imagens, “em que ver, muitas vezes, substitui o compreender, o dotar de sentidos [...]” (Duarte, 2005, p. 9).

Os textos enunciativos da campanha são padronizados em suas organizações e, com publi-

Quadro 4: Campanha do MPT

Níveis de pertinência	Instâncias formais	Propriedades textuais genéricas (congruência)
Textos-enunciados	Publicação na mídia social Facebook	Concentração textual
Objetos-suporte	Material: publicação online, disponível para mais de 500 mil pessoas, com possibilidades de compartilhamentos entre vários usuários. Formal: disposição vertical, com texto no topo da página e imagem na base.	Contato visual imediato, com poucas informações, marcação de autoria
Cenas práticas	Na produção: prática, artística ou jornalística, de informar, mobilizar. Na circulação: Prática da visualização, da informação e da crítica.	Informar (criticamente), advertir, mobilizar, alertar, conscientizar.

Fonte: elaborado pelos autores.



cações breves, fornecem o máximo de significação. Em suas publicações individuais, fechadas e concentradas, a unidade de leitura coincide com a unidade de edição, o que possibilita adesão restrita e de forte intensidade. No entanto, o sentido da campanha só se completa no conjunto das publicações, de forma aberta e fragmentada, possibilitando uma extensão maior, pois enquanto as publicações individuais se dirigem a categorias específicas de trabalhadores, em seu conjunto se dirigem aos trabalhadores em geral. Focalizando e valorizando atitudes específicas e mesma temática, as imagens presentes nas publicações sugerem exploração e consequente exaustão física dos trabalhadores.

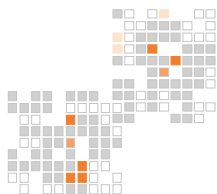
Ao procurar, em suas cenas práticas, informar (criticamente), advertir, mobilizar, alertar e conscientizar, o Ministério Público do Trabalho declara-se contrário à reforma trabalhista, identifica-se com movimentos sociais também contrários à reforma, politiza a sua atuação, ocupa novos espaços, habilita-se como negociador e indutor de políticas públicas, age integralmente e em rede com os demais sujeitos coletivos nos mais diversos níveis, e reforça seu histórico de defesa dos direitos fundamentais trabalhistas. Conforme Gomes (2016), as fronteiras simbólicas dos sistemas organizacionais são construídas em processos de identificação, através de decisões, em relação com o ambiente.

As publicações analisadas indicam, a partir da semiótica discursiva, os processos sistêmicos de construção permanente das fronteiras identitárias do MPT. As características do discurso, quando consideradas no âmbito da campanha de mobilização, apontam para a modalização do saber e poder, além de configurarem um discurso de habilitação e de promoção de valores participativos. A campanha, considerada como instância de materialização do discurso, atualiza e re-

força a constituição comunicativa da instituição, construindo sua coerência discursiva.

Para atuar na defesa da ordem jurídica na área trabalhista, o MPT realiza a comunicação pública, com o objetivo de estabelecer fluxo informativo e comunicativo com os cidadãos, a qual visa à construção de agenda pública e a prestação de contas, assim como o engajamento da população para políticas adotadas, provocando o debate público em um processo comunicativo de instâncias que se voltam para a cidadania. Por outro lado, atua também no âmbito da comunicação política/*advocacy*, entendida como um conjunto de práticas relacionadas à forma como sujeitos procuram intervir na vida coletiva e em projetos políticos que afetem a todos, levando à participação na esfera pública, local das mais diversas vozes da sociedade (López, 2012) e que geralmente envolve “disputas de sentidos” (Baldissera, 2009) na formulação de políticas públicas, na busca de um relacionamento direto e ético com governo/Estado – poderes executivo, legislativo e judiciário.

O MPT realiza esta comunicação junto ao poder executivo quando encaminha, por exemplo, à Presidência da República, Nota Técnica no sentido de evitar a sanção presidencial de lei que entende prejudicial aos trabalhadores, ou, quando, antes da aprovação, atua no Congresso Nacional pela não aprovação do projeto de lei, e, nesse sentido, necessita de algum respaldo da comunidade, ou, ainda, ao atuar junto ao Poder Judiciário, quando entende que a decisão jurídica vai prejudicar sua organização interna. Nesses casos, como organização vinculada ao sistema jurídico, em relação permanente com os demais sistemas sociais e indivíduos, (re)constrói suas fronteiras identitárias, constituindo-se comunicativamente como instituição pública autônoma e independente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação e Comunidade: Disputas e Interdependências no (Re)Tece as Culturas. *GT ABRAPCORP 2 – Processos, Políticas e Estratégias da Comunicação do III ABRAPCORP* São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.abrapcorp.org.br/anais2009/pdf/GT2_Rudimar.pdf> Acesso em: 13 outubro 2017.
- BEDÊ, Luiza. Congruências e heterogeneidades: uma análise semiótica dos gêneros cartaz e charge. *Dissol*, n. 6, 2017.
- BOANADA, Vanessa de C. *Ironias da Pós modernidade: As ações estratégicas dos movimentos indígenas através do litígio internacional*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Rio, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2004.
- BRUMMANS, B.; COOREN, F.; ROBICHAUD, D.; TAYLOR, J. R. (2014). Approaches in research on the communicative constitution of organizations. In: PUTNAM, L. L.; MUMBY, D. (orgs.). *SAGE handbook of organizational communication*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.
- DUARTE, Elizabeth Bastos. Prefácio. In: FONTANILLE, Jacques. *Significação e visualidade: exercícios práticos*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- FONTANILLE, Jaques. *Semiótica do discurso*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- GOHN, M. G. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2014.
- GOMES, Victor M. L. R. Uma leitura comunicacional da estratégia nas organizações. *Galáxia*, São Paulo, v. 1, n. 33, p. 226-238, 2016a.
- GOMES, Victor M. L. R. Uma perspectiva sistêmico-discursiva para estudos em comunicação organizacional. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 23, n.1, jan-abr, 2016b.
- GOMES, Victor M. L. R.; ANDREONI, Renata; DIEHL, Ceci da Costa. Produção de sentidos e estratégia: interfaces entre a comunicação organizacional e o noticiário de negócios. *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*, Quito, v. 1, p. 317-330, 2018.
- KUNSCH, Margarida. M. K. Comunicação Pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloisa (org.). *Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA, 2013.
- LEIA ÍNTEGRA DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE INTERINO MICHEL TEMER. Folha de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>>. Acesso em 05 dez. 2017.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo. Propuesta Gerenal de Comunicación Pública. *Strategy and Management Business Review – SMBR*. Vol. 3 (2), p. 1 – 17, 2012. Disponível em: <http://www.exeedu.com/publishing.cl/strategy_manag_bus_rev/2012/Vol3/Nro2/1-SM17-11-full.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2017.
- LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LUHMANN, Niklas . The paradox of decision making. In: SEIDL, D.; BECKER, K. H. (orgs.). *Niklas Luhmann and Organization Studies*. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2005.
- McPHEE, R. D.; ZAUG, P. (2000). The communicative constitution of organizations: a framework for explanation. *Electronic Journal of Communication*, v. 10, n. 1-2, 2000. Disponível em: < <http://www.cios.org/EJCPUBLIC/010/1/01017.html>>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O que não te contaram sobre a Reforma Trabalhista. 2017 – b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mpt.br/photos/a.221206421226190.69858.220346131312219/1660928497253968/?type=3&theater>>. Acesso em: 17 de nov. 2017.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O que não te contaram sobre a Reforma Trabalhista. 2017 – b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mpt.br/photos/a.221206421226190.69858.220346131312219/1660925020587649/?type=3&theater>>. Acesso em: 17 de nov. 2017.
- PORTELA, Jean Cristtus; SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. A noção de gênero na semiótica. In: PORTELA, Jean Cristtus et al (Orgs). *Semiótica: identidade e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/24648940/A_no%C3%A7%C3%A3o_de_g%C3%AAnero_em_semi%C3%B3tica>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- RUÃO, Tereza. *A organização comunicativa: teoria e prática em comunicação organizacional*. Braga: CECS, Universidade do Minho, 2016.
- SILVA, Alexandre José da; PEDDE, Valdir. Ministério Público: Transformador da realidade social ou reproduzidor das estruturas de poder. *Revista Gestão e Desenvolvimento*. Novo Hamburgo, v. 15, n. 1, 2018. Disponível em: <<file:///D:/Material%20adicional/1221-4591-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- SOBOTKA, E. A. Sem objetivo? Movimentos sociais vistos como sistema social. In: RODRIGUES, L. P.; MENDONÇA, D. *Ernesto Laclau e Niklas Lhumann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 115-128.
- TAYLOR, J. R.; ROBICHAUD, D. Finding the organization in the communication: discourse as action and sensemaking. *Organization*, v. 11, n. 3, 2004, p. 395-413.
- ZIZEK, S. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012.

